PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

MENSAGEM Nº /2016

Salvador, de setembro de 2016.

Exmo. Sr.
Vereador **PAULO CÂMARA**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa nobre Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2017, nos termos do disposto no inciso III, § 6º, do art. 163 da Lei Orgânica do Município.

O presente Projeto de Lei compatibiliza as propostas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, estruturadas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, alcançando todos os Órgãos, Fundos, Empresas e Entidades da Administração Direta e Indireta, e foi elaborado em estreita observância aos dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, com destaque à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 – Lei nº 9.095 de 26 de Julho de 2016, o Plano Plurianual – 2014-2017 e às Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/BA, assim como contextualizado no cenário político, econômico, financeiro e fiscal prospectado para o País nos exercícios 2016 e 2017.

Em que pesem as iniciativas do Governo Federal na adoção de medidas voltadas ao ajuste fiscal, o quadro político brasileiro não tem favorecido à agilidade do processo de retomada do crescimento econômico. Contudo, a despeito do quadro agudo de recessão vivenciado nesses três últimos anos, a expectativa para o próximo exercício, conforme demostrada nos índices que integram a Proposta Orçamentária da União, é que a economia já expresse reação efetiva aos esforços para a retomada do crescimento, na medida em que a baliza dos indicadores macroeconômicos trabalhados prevê um PIB para 2016 negativo em 3,0, contra um PIB de 2017, positivo em 1,6. Por sua vez, verifica-se um recuo da inflação nesse mesmo período mensurada pelo IPCA, em que o índice esperado em 2016 de 7,2, passa à 4,8, em 2017.

Os efeitos danosos desse quadro recessivo se estendem a todos os entes federativos, impactando, principalmente, na elevação dos índices de desemprego, redução dos níveis de renda e consumo das famílias, assim como dos investimentos públicos e privados.

É nesse cenário que o Poder Público, principalmente os governos municipais, que atuam mais próximos à população, têm enfrentado o grande desafio de atenuar os efeitos da crise, investindo na geração de emprego e renda e na ampliação da oferta de serviços básicos (educação, saúde, assistência social), exercitando a capacidade de otimizar a aplicação limitada dos recursos disponíveis, sem perder de vista o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade fiscal.

MENSAGEM Nº /2016

O elevado grau de engessamento das receitas públicas, considerando o índice de vinculações legais impostas à aplicação das despesas, tem sido um dificultador no processo de fechamento da equação orçamentária, especialmente nas capitais brasileiras com elevadas escalas demográficas e com questões sócio econômicas, urbanas e de infraestrutura inerentes a municípios de grande porte.

Ostentando a posição da quarta maior capital brasileira, governar Salvador, na conjuntura atual de crise, com sérias limitações de recursos, tem sido um dos maiores desafios. Para tanto, tenho me prevalecido das estratégias de administrar balizado num bom planejamento, gastar no limite das disponibilidades, aplicar os recursos públicos de forma correta, adequada e atento à preservação do equilíbrio fiscal do Município.

Assim é compensador alcançar um índice reconhecido de bom desempenho, fruto, sem dúvida, do esforço que nossa administração tem feito para honrar os compromissos assumidos, manter em dia o pagamento do funcionalismo municipal, gerir a máquina pública em patamar de regularidade e investir na ampliação qualitativa e quantitativa da oferta dos serviços públicos essenciais, na infraestrutura urbana, no turismo, na geração de emprego e renda, buscando melhorar a qualidade de vida da população soteropolitana.

Considerações sobre a Receita e a Despesa

Para manter a equação orçamentária equilibrada, num quadro de redução crescente dos recursos públicos, não bastou apenas atuar com racionalidade e criatividade. Foi imprescindível o uso de alternativas compensatórias, merecendo destaque à captação de recursos externos em instituições financeiras nacional e internacional, assim como a parceria mediante convênio ou contrato com órgãos federais, de forma a viabilizar, em níveis satisfatórios, o Programa de Trabalho estabelecido.

Para 2017, considerando o desempenho da arrecadação nos últimos dois anos, os valores apurados até o mês de julho e as projeções para a conclusão do exercício, que sinalizam uma frustação de aproximadamente 20% em relação à previsão inicial, optou-se por trabalhar o cenário da receita com maior prudência na expectativa de que a almejada recuperação da economia, que já dá sinais de reação positiva, possa propiciar um melhor resultado. Assim, a presente Proposta Orçamentária estima Receita e fixa Despesa para o exercício vindouro no montante de R$ 6.710.275.000,00 (seis bilhões, setecentos e dez milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais), mantendo um patamar equivalente ao projetado para 2016, com um aumento discreto de 1,3%.

Fortemente influenciada pela atual conjuntura econômica, a estimativa da receita foi elaborada em estreita observância às normas legais e critérios técnicos, considerado, ainda, os efeitos do rebatimento no Município dos índices de preços, das projeções do PIB e das políticas e diretrizes adotadas em âmbito nacional, estadual e municipal.

O **Quadro 1,** a seguir, estrutura a Receita de forma consolidada e evidencia, quanto à sua composição, que a categoria de Receita Corrente participa com 89,9% do montante estimado, contra 11% das Receitas enquadradas na categoria de Capital e 4,1% das Receitas Intraorçamentárias. A conta redutora do FUNDEB equivale, na estimativa, a 5% da receita, restabelecendo a 100% o equilíbrio do fechamento percentual.

MENSAGEM Nº /2016

QUADRO 1
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA RECEITA
Recursos de Todas as Fontes

Em R$ 1,00

Discriminação	Proposta 2017	%
RECEITA TOTAL (I + II + III + IV)	**6.710.275.000**	**100,00**
I- RECEITA CORRENTE	**6.030.692.000**	**89,87**
Tributária	**2.302.585.000**	**34,31**
IPTU	613.822.000	9,15
ITIV	204.853.000	3,05
ISS	974.615.000	14,52
Demais Receitas Tributárias	509.295.000	7,59
Contribuições	**267.760.000**	**3,99**
Patrimonial	**188.607.000**	**2,81**
Industrial	**-**	**0,00**
Serviços	**13.598.000**	**0,20**
Transferências Correntes	**2.963.679.000**	**44,17**
FPM	792.661.000	11,81
ICMS	705.041.000	10,51
FUNDEB	328.927.000	4,90
Demais Transferências Correntes	1.137.050.000	16,94
Outras Receitas Correntes	**294.463.000**	**4,39**
II- RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CORRENTES	**274.269.000**	**4,09**
Contribuições	274.260.000	4,09
Demais Contribuições	9.000	0,00
III - RECEITA DE CAPITAL	**740.112.000**	**11,03**
Operações de Crédito	328.878.000	4,90
Alienação de Bens	250.000.000	3,73
Transferências de Capital	161.234.000	2,40
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	**(-) 334.798.000**	**-4,99**

Fonte: PL LOA 2017

Na categoria Corrente, evidenciam-se as receitas originárias dos tributos municipais, que correspondem a 34,3% do total estimado, as transferências do Estado e da União, com 44,2%, incluindo-se nesta última, além dos recursos do Fundo de Participação – FPM, do Imposto sobre Circulação de Mercadoria – ICMS, as transferências do SUS, FUNDEB, do Fundo de Assistência Social e Convênios.

Nas receitas de Capital, as Operações de Crédito e os recursos de Convênios confirmam o êxito da estratégia de captação de recursos, representando 66,2% do total estimado para essa categoria, que totaliza uma previsão de receita da ordem de R$ 490.112.000,00 (quatrocentos e noventa milhões e cento e doze mil reais).

Os recursos oriundos do esforço de captação empreendido irão viabilizar a execução de programas e projetos, a exemplo do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos de Salvador-PMAT, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES; do

MENSAGEM Nº /2016

Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo-PRODETUR/SALVADOR, que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Corredores de Transporte Público Integrado de Salvador-BRT-Trecho Lapa / Iguatemi / Pituba, com recursos da Caixa Econômica Federal e da União, através do Ministério das Cidades e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

A essas iniciativas, soma-se um elenco de convênios já firmados com o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios das Cidades, da Saúde, do Turismo, do Esporte, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, com o propósito de financiar obras de contenção de encostas, requalificação de equipamentos urbanos, projetos de requalificação de vias, pavimentação e drenagens, urbanização, reforma e construção de equipamentos esportivos, revitalização da orla e de várias outras áreas urbanas.

Com o saneamento das finanças, consequência das fortes medidas adotadas no início do Governo, a gestão municipal pode atuar com um suporte logístico de uma carteira de projetos bem estruturada, o que tem permitido ampliar a estratégia de captação de recursos para viabilizar e potencializar o Programa de Governo. Neste particular, é importante lembrar que a Prefeitura do Salvador conta, hoje, com uma larga margem para investir, de modo sustentável, em operações de crédito, haja vista que o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal é de até 1,2 da razão Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida e o índice apurado para o Município é de 0,3, demostrando uma situação bastante confortável.

Objetivando viabilizar uma leitura de comunicação mais usual, foi elaborado o **Quadro 2,** que estrutura a Receita em três macro categorias: Tesouro, Outras Fontes e Próprias, ressaltando que através da vinculação da fonte pode-se obter a identidade do recurso.

A categoria Tesouro totaliza R$ 4.460.506.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos e seis mil reais), representando 66,5% do total das Receitas e desta, os recursos livres figuram com 40,6%. As Outras Fontes, que perfazem um total de R$ 1.725.229.000,00 (hum bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões e duzentos e vinte e nove mil reais), o que equivale a 25,7% do total estimado, sendo que os recursos transferidos pelo FUNDEB, SUS e Fundo de Assistência Social correspondem a 69% do total desta categoria. As Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta participam com 7,8% dos recursos previstos – R$ 524.540.000,00 (quinhentos e vinte e quatro milhões e quinhentos e quarenta mil reais), deste total, os recursos previdenciários, atingem 82%.

Outro aspecto a ser considerado é, sem dúvida, o grau de engessamento a que está submetida a administração municipal, na medida em que do total de receita prevista, 6,7 bilhões, apenas 42% são receitas discricionárias, de emprego livre, identificadas pelas fontes 000, e 050. O restante, ou seja, 58%, são receitas com aplicação carimbada.

MENSAGEM Nº /2016

QUADRO 2
Receita Estimada 2017 por Fonte

Em R$ 1,00

Categoria/ Fonte		Valor	% na Categoria	% no Total
Receita Tesouro		**4.460.506.000**	**100**	**66,47**
000	Tesouro	2.725.790.000	61,11	40,62
001	Receitas de Impostos e Transferência de Impostos-Educação	718.287.000	16,10	10,70
002	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos-Saúde	628.488.000	14,09	9,37
013	ODC - Outorga	9.312.000	0,21	0,14
016	CIDE	4.117.000	0,09	0,06
017	COSIP-Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	112.625.000	2,52	1,68
030	FIES	341.000	0,01	0,01
042	ROYALTIES	11.386.000	0,26	0,17
092	Alienação de Bens	250.160.000	5,61	3,73
Receita Outras Fontes		**1.725.229.000**	**100**	**25,71**
004	Contribuição ao Prog. Ensino Fundamental-Salário **Educação**	18.548.000	1,08	0,28
010	FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia **(FGM)**	3.177.000	0,18	0,05
011	Outras Fontes – **FMDCA**	2.156.000	0,12	0,03
014	Transf. Recursos do SUS **(FMS)**	706.438.000	40,95	10,53
015	Transf. Recursos do FNDE **(FME)**	17.965.000	1,04	0,27
018	Transf.FUNDEB (Remuneração Profissionais Educação) **(FME)**	428.042.000	24,81	6,38
019	Transf.FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica) **(FME)**	30.150.000	1,75	0,45
022	Transf. de Convênio - Educação **(FME)**	15.018.000	0,87	0,22
023	Transf. de Convênio - Saúde **(FMS)**	3.081.000	0,18	0,05
024	Transf. de Convênio – Outros	147.740.000	8,56	2,20
028	Transf. Recursos Estaduais dest. Prog. Assistência Social **(FMAS)**	2.573.000	0,15	0,04
029	Transf. Recursos do Fundo Nacional de Assistência - FNAS **(FMAS)**	19.974.000	1,16	0,30
090	Operação de Crédito Interna	240.679.000	13,95	3,59
091	Operação de Crédito Externa	89.688.000	5,20	1,34
Receita Própria		**524.540.000**	**100**	**7,82**
003	Contribuição p/ Regime Próprio Prev. Social - RPPS **(PREVIS)**	432.657.000	82,48	6,45
050	Receita Própria da Administração Indireta	91.608.000	17,46	1,37
051	Convênios de Entidades de Administração Indireta	275.000	0,05	0,00
Total Geral da Receita		**6.710.275.000**		**100**

Fonte: PL LOA 2017

MENSAGEM Nº /2016

Com Receita estimada para o exercício de 2017, a etapa seguinte de estruturação da Peça Orçamentária é a alocação da despesa, balizada nos aspectos legais, nas peculiaridades da vinculação da receita ao objeto de gasto, e na composição das cotas, preservando o caráter de prioridade atribuído em função da condição de obrigatoriedade do gasto.

Atentos a esses critérios, e deduzido o valor pertinente ao Poder Legislativo, foram estruturadas as cotas dos Órgãos, adotando-se como regra a distribuição da receita com prevalência das despesas obrigatórias (pessoal e encargos, dívida, custeio mínimo e contrapartida de convênios e operações de crédito), seguida do rateio para investimento, priorizando as ações já destacadas na LDO.

Nesse cenário, fixou-se a despesa para 2017 em igual valor da receita, distribuída entre os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, respeitando o princípio do equilíbrio da Peça Orçamentária. No Orçamento Fiscal encontram-se todas as propostas de trabalho das Secretarias e Órgãos, à exceção das Áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua vez, o Orçamento de Investimento abriga a Empresa de Securitização, qualificada como empresa pública não dependente.

Para análise da despesa, foram disponibilizadas informações consolidadas nos **Quadros 3, 4, 5 e 6** a seguir, de forma que possa ser feita uma leitura, quer seja na ótica contábil, como nos agrupamentos institucionais, por função, além da avaliação da compatibilidade da dotação alocada em pessoal e encargos, com os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Quadro 3, observa-se a disposição da despesa do ponto de vista contábil, exibindo uma descrição por categoria econômica. Com esse corte, o item investimento, que corresponde às despesas alocadas no grupo 44, totaliza R$ 857.082.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete milhões e oitenta e dois mil reais), correspondendo a 13% do total da despesa. Contudo, se avaliarmos o investimento à luz do planejamento, que considera toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por despesas correntes ou de capital e por projetos e atividades finalísticas, o valor orçado com base neste conceito é de R$ 1.667.176.000,00 (hum bilhão, seiscentos e sessenta e sete milhões e cento e setenta e seis mil reais), equivalendo a 24,8% do montante orçado. Numa perspectiva conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes a projetos destacados nos quadros do PLOA/2017, o total destinado a investimento é de R$ 1.097.185.000,00 (hum bilhão, noventa e sete milhões e cento e oitenta e cinco mil reais), correspondendo a 16,4 % do valor orçado.

QUADRO 3

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por Categorias Econômicas

Em R$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade Social	Total
DESPESAS CORRENTES	**3.547.351.000**	**2.038.561.000**	**5.585.912.000**
Pessoal e Encargos	1.668.536.000	1.216.126.000	2.884.662.000
Juros e Encargos da Dívida	30.073.000		30.073.000
Outras Despesas Correntes	1.848.742.000	822.435.000	2.671.177.000
DESPESAS DE CAPITAL	**946.158.000**	**108.205.000**	**1.054.363.000**
Investimentos	748.877.000	108.205.000	857.082.000
Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
Amortização da Dívida	194.281.000		194.281.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**70.000.000**		**70.000.000**
T O T A L	**4.563.509.000**	**2.146.766.000**	**6.710.275.000**

Fonte: PL LOA2017

MENSAGEM Nº /2016

Na categoria de Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos destaca-se com uma participação da ordem de 43% e Outras Despesas Correntes com 40% do total orçado. A expressividade na participação da despesa de pessoal justifica-se não só pelo impacto na folha, com a revisão efetivada nos Planos de Cargos e Salários, com destaque aos planos de carreira das categorias magistério e saúde, assim como pela ampliação do quadro de servidores para funcionamento de novas unidades, especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, disponibilizadas, neste governo, à sociedade soteropolitana.

Vale salientar que, não obstante a representatividade dessa despesa no montante do orçamento, o valor fixado, conforme demonstrado no **Quadro 4**, preserva com margem de conforto operacional os limites legais estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000.

Ampliar e melhorar a oferta de bens e serviços à sociedade, significa alavancar custos adicionais para manter o funcionamento desses equipamentos públicos em condições satisfatórias. Adicione-se a essa questão o reflexo inflacionário traduzido na elevação dos preços dos bens e serviços, que tem sido outro aspecto determinante para o aumento crescente das despesas de custeio, as quais integram o item Outras Despesas Correntes.

QUADRO 4
Demonstrativo Consolidado da Despesa de Pessoal
Orçamento Fiscal e da Seguridade

Poderes	Limite legal %	Limite Prudencial %	Valor alocado PL LOA 2017 (Em R$ 1,00)	Receita Corrente Líquida (Em R$ 1,00)	Limite atingido %
Legislativo	6,0%	5,7%	125.489.000	5.245.341.000	2,39
Executivo	54,0%	51,3%	2.321.521.000		44,26

Fonte: PL LOA2017

O Quadro 5, exibe a alocação dos recursos por Poder / Secretaria / Órgão. Nesse agrupamento destaca-se a participação representativa da educação e saúde, 39,43% da despesa fixada, justificada não só pelo emprego compulsório dos recursos face à exigência constitucional, como também pela prioridade que o governo municipal vem dispensando a essas áreas. Em seguida, tem-se a Secretaria Municipal de Ordem Pública, que representa 10,58% do montante orçado, haja vista que dos R$ 727,4 milhões de reais, 57% estão canalizados para Limpeza Urbana. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Gestão participa com uma representatividade expressiva de 10,54%, já que, no total de R$ 710,1 milhões de reais, R$573,5 milhões de reais, correspondem a recursos do Órgão Previdenciário. As Secretarias que concentram as intervenções de investimento em obras – Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil; Mobilidade e Manutenção da Cidade, somam 15% da Receita orçada para o Município. As demais, com exceção dos Encargos Gerais, a quem compete orçar a Dívida e a Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores, configuram com uma parcela bem menos representativa.

MENSAGEM Nº /2016

QUADRO 5
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Orçamento Fiscal e da Seguridade

Em R$ 1,00

Órgão	Fiscal	Seguridade Social	Total	Participação
Câmara Municipal do Salvador	161.375.000		161.375.000	2,40
Gabinete do Prefeito	117.068.000		117.068.000	1,74
Gabinete do Vice-Prefeito	2.512.000		2.512.000	0,04
Procuradoria Geral do Município	55.985.000		55.985.000	0,83
Casa Civil	8.777.000	687.000	9.464.000	0,14
Secretaria Municipal da Fazenda	232.990.000		232.990.000	3,47
Secretaria Municipal da Saúde		1.418.007.000	1.418.007.000	21,13
Secretaria Municipal da Reparação	3.910.000		3.910.000	0,06
Secretaria Municipal de Gestão	127.561.000	582.497.000	710.058.000	10,58
Secretaria Cidade Sustentável	18.611.000		18.611.000	0,28
Secretaria Municipal da Educação	1.228.010.000		1.228.010.000	18,30
Secretaria Municipal de Ordem Pública	727.386.000		727.386.000	10,84
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego	17.065.000		17.065.000	0,25
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil	345.923.000		345.923.000	5,16
Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza	18.918.000	145.575.000	164.493.000	2,45
Secretaria Municipal de Mobilidade	430.375.000		430.375.000	6,41
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	163.257.000		163.257.000	2,43
Secretaria Municipal de Urbanismo	89.818.000		89.818.000	1,34
Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade	193.744.000		193.744.000	2,89
Encargos Gerais do Município	550.224.000		550.224.000	8,20
Reserva de Contingência – RC	70.000.000		70.000.000	1,04
Total	**4.563.509.000**	**2.146.766.000**	**6.710.275.000**	**100,00**

Fonte: PL LOA2017

O agrupamento por Função, **Quadro 6,** confirma o comprometimento da gestão municipal com a área social, na medida em que as funções Saúde, Educação e Assistência Social somam 41% dos recursos orçamentários. Seguem-se a essas prioridades os recursos canalizados para a área de gestão, que abriga as funções administração, previdência social e encargos especiais, com 23,54%. As ações amparadas nas funções de urbanismo e habitação representam 21% dos recursos orçamentários.

MENSAGEM Nº /2016

QUADRO 6
Demonstrativo da Despesa Fiscal e Seguridade Social por Função
Em R$ 1,00

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total
Legislativa	161.375.000		161.375.000
Judiciária	46.736.000		46.736.000
Administração	691.279.000		691.279.000
Segurança Pública	82.329.000		82.329.000
Assistência Social		146.262000	146.262.000
Previdência Social		582.497.000	582.497.000
Saúde		1.418.007.000	1.418.007.000
Trabalho	10.001.000		10.001.000
Educação	1.227.710.000		1.227.710.000
Cultura	15.231.000		15.231.000
Direitos da Cidadania	5.390.000		5.390.000
Urbanismo	1.318.029.000		1.318.029.000
Habitação	74.945.000		74.945.000
Gestão Ambiental	18.611.000		18.611.000
Indústria	104.226.000		104.226.000
Comércio e Serviços	177.284.000		177.284.000
Comunicações	37.000.000		37.000.000
Energia	10.005.000		10.005.000
Transporte	180.738.000		180.738.000
Desporto e Lazer	21.944.000		21.944.000
Encargos Especiais	310.676.000		310.676.000
Reserva Contingência	70.000.000		70.000.000
TOTAL	**4.563.509.000**	**2.146.766.000**	**6.710.275.000**

Fonte: PL LOA2017

Não obstante as inferências que se podem atribuir a uma leitura dos espelhos legais que integram o Orçamento, a sua visão, como Peça Executiva do Planejamento Governamental, é obtida na grade programática, constituída de Atividades e Projetos, em que o foco do investimento está prioritariamente concentrado nos Projetos e Atividades Finalísticas.

Saliente-se que a análise do Orçamento na visão do Planejamento Governamental incorpora as dimensões: estratégica, lastreada no Plano de Governo, tática, nos Programas que integram o Plano Plurianual e, operacional, na execução do Orçamento Anual. Contudo, considerando que o Planejamento é uma atividade dinâmica, as prioridades e metas estabelecidas no início do governo são periodicamente avaliadas e atualizadas, de forma que se possa refletir, com transparência e fidedignidade, os propósitos da gestão governamental.

Ao concluir uma gestão administrativa, conduzida pelo farol do planejamento e repousada nos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, é com grata satisfação que se contabiliza como resultado a entrega aos soteropolitanos de uma cidade mais acolhedora, com grande transformação de seus espaços urbanos, significativa melhoria nos serviços prestados à população, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como com avanços inquestionáveis no ordenamento e na manutenção da cidade.

Nesse contexto, o Programa de Trabalho sintetizado na Proposta Orçamentária que se encaminha a essa Câmara Municipal reflete o esforço da

MENSAGEM Nº /2016

Administração para assegurar a continuidade do desenvolvimento, de forma transparente, ordenada e planejada, priorizando a oferta dos serviços públicos, com o propósito de melhorar as condições de vida da população soteropolitana.

Objetivando oferecer uma visão do Programa de Trabalho a ser executado no próximo exercício, destacam-se, em algumas áreas de atuação do governo, um conjunto de ações mais representativas na conformação da Proposta Orçamentária.

A área da Educação que congrega recursos da ordem R$ 1,2 bilhão de reais para investimento e operacionalização da gestão educacional, tem intensificado esforços para oferecer uma educação de qualidade a todos os estudantes da rede pública municipal. Esse esforço pode ser evidenciado, por exemplo, com o resultado do IDEB 2015, no qual Salvador saltou da última posição em 2013, para a 17ª, em 2015, no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), entre as capitais brasileiras. Esse resultado consolidou a posição de capital com a maior evolução do país. De fato, a capital baiana cresceu de 4,0 para 4,7 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, superando não só a meta estabelecida para 2015, que era de 4,2, como também alcançando resultado maior do que o índice para 2017(4,5). Nos anos finais, Salvador saltou de 3,0 para 3,4, um crescimento de mais de 10%.

Dentre as inúmeras intervenções que concorreram para esse resultado, destaca-se o fortalecimento do Programa Combinado, lançado em 2015. A Secretaria Municipal da Educação promoveu ações que visam de forma objetiva, melhorar a infraestrutura e as condições de aprendizagem nas unidades de ensino, aproximar escola e comunidade, ampliar a oferta de vagas na educação infantil e em tempo integral, valorizar os profissionais do magistério, bem como fortalecer a gestão escolar.

Através dessas iniciativas do Combinado, Salvador está dobrando a oferta de vagas para educação infantil (0 a 5anos), e no ano letivo de 2017 já teremos capacidade de atender 40 mil crianças nesse segmento. Em parceria histórica com os *Shoppings Centeres,* já foram construídos 11 novos Centros Municipais de Educação Infantil-CMEIs e para 2017, está prevista a conclusão de mais 23. Além disso, também para o próximo ano letivo, serão construídas mais 85 salas em unidades de ensino existentes.

Some-se a essas iniciativas o sucesso na implementação do Programa Nossa Rede, um Projeto Pedagógico, desenvolvido em parceria com mais de 4000 professores municipais e que contempla a cultura e características específicas de Salvador. Esse programa, possui um alcance de mais de 100 mil alunos e propõe a redução da distorção idade série, mediante a continuação do Programa Regularização de Fluxo, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e a implementação das Escolas Laboratórios – ESCOLAB, projeto inovador, realizado em parceria com o Google e o SmartLab, oferecendo em tempo integral uma formação inovadora e diferenciada. Em 2016, foram inauguradas 02 unidades, uma no Subúrbio e outra na Boca do Rio. Para 2017, serão construídos 04 Centros de Educação Integral no formato de ESCOLAB, um em San Martim, outro em Canabrava e os outros 02 a definir. Ressalte-se, ainda, que serão construídas 10 Escolas no Padrão SMED e reformadas 40 Unidades de Ensino.

Para reduzir o abandono escolar e elevar a assiduidade dos alunos da rede, deu-se início, em 2015, ao Programa Agente de Educação que já contabiliza uma redução no índice de abandono de 54% com meta para 2017 de atingir 70% e zera no próximo exercício.

A melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos tem sido uma das principais bandeiras da atual gestão. Assim, é que o governo municipal não tem poupado esforços para disponibilizar à população um serviço de saúde em escala

satisfatória e com qualidade desejável. Esse compromisso está materializado na presente proposta com o aporte de R$ 1,4 bilhão.

É inquestionável que nesses quatro anos da nossa gestão, os soteropolitanos passaram a contar com uma prestação de serviços na Saúde, mais efetiva e de melhor qualidade. A evidência dessa afirmação decorre, sem dúvida alguma, da prioridade que conferimos à Atenção Básica, possibilitando um salto expressivo de cobertura, saindo dos 18,6% em 2012, para 45,2%, em agosto de 2016. Para tanto, as equipes de Saúde da Família foram ampliadas em 134% no período; 80% da rede de Atenção Básica foi requalificada; construídas 28 Unidades de Saúde; ampliada a rede de Urgência e Emergência – UPAs para 14 Unidades, sendo 08 construídas nesta gestão, das quais 04 neste exercício: Brotas, São Cristovão, Pirajá e Periperi, o que viabilizou uma média de 104 mil atendimentos/mês.

Ainda nesta gestão foram implantadas 04 Unidades de Atendimento Especializado – Multicentros de Saúde, nas localidades: Vale das Pedrinhas, Amaralina, Bezerra Lopes e Carlos Gomes, com capacidade de atendimento médio de 800 pacientes/dia, além da ampliação da equipe de atendimento, com a convocação de 3.759 novos profissionais admitidos por concurso público, e a incorporação de médicos de programas especiais (PROVAB e Mais Médicos).

Com o entendimento de que muito já foi realizado, mas que muito ainda precisa ser feito, o Orçamento de 2017, registra um desafio maior nessa Área que é a alocação de recursos em R$ 80 milhões para agilizar a construção do Hospital Municipal, que irá ampliar a oferta de leitos à população de Salvador em mais 264 unidades.

O Orçamento 2017 prevê ainda a implantação de uma UPA tipo III e uma Central de Atendimento Domiciliar, que, juntamente com o Hospital, terão capacidade de realização de até 60 mil atendimentos/mês; a ampliação da oferta de serviços básicos, com a construção de 12 novas Unidades de Saúde da Família e a implantação de mais 48 novas equipes de Saúde da Família, além da construção de 04 Multicentros, distribuídos nos Distritos Sanitários de Pau da Lima, Subúrbio Ferroviário, Cabula/Beiru e Brotas, permitindo a ampliação do acesso a exames e procedimentos especializados por intermédio de equipe interdisciplinar e multiprofissional. Some-se a essas iniciativas, todo investimento nas demais áreas de atuação da Saúde: vigilância epidemiológica; gestão do Sistema Único de Saúde; serviços de média e alta complexidade e controle de endemias.

O governo municipal, por estar mais próximo da população, sofre uma cobrança maior no enfrentamento do desafio para promover alternativas de prevenção e superação dos riscos sociais, que atingem mais fortemente as populações carentes e fragilizadas do ponto de vista econômico e social. Assim, é que esta gestão tem dispensado à Área de Promoção Social e Combate à Pobreza uma maior atenção, buscando atuar de forma sensível, inovadora e abrangente, reunindo esforços no sentido de ampliar os benefícios e minimizar os efeitos danosos a que são submetidos os cidadãos em condição de vulnerabilidade social.

Para tanto, foram reservados no Orçamento de 2017, na função Assistência Social, viabilizada principalmente pela Secretaria de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza – SEMPS, o montante de R$ 146,3 milhões, destinados ao financiamento, dentre outras ações, da assistência básica, proteção especial, segurança alimentar e gestão de benefícios, destacando-se: Projeto Primeiro Passo, que visa, de forma transitória, assistir às famílias com crianças na primeira infância que estejam fora da rede de ensino, até que se processe a inserção. Este Projeto já beneficia mais de 35.000 crianças; o Projeto Shopping Social, que passa a denominar-

se Projeto Cuidar, propõe disponibilizar serviços de orientação e atendimento sócioassistencial qualificado, contabilizando até a presente data atendimento a mais de 43 mil pessoas; implantação do Cartão Aluguel Social, em parceria com a Caixa Econômica Federal, voltado especialmente para as famílias beneficiárias do Auxilio Moradia; implantação do Cadastro Único, visando identificar e cadastrar famílias em situação de pobreza para ter acesso aos Programas Sociais do Governo Federal, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, INSS de Dona de Casa, destacando que até o mês de junho/2016 já foram cadastradas 329 mil famílias.

Ressalte-se que, para implementação dos programas sociais, o governo se prevalece de uma rede de equipamentos públicos, onde são amparadas e desenvolvidas não só ações na linha assistencial, como voltadas ao restabelecimento da cidadania. Assim, contando com 28 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, o Município busca um melhor atendimento, com a reforma e aparelhamento dessas unidades. Em 2016, foram reformados 13 CRAS e, para 2017, estão previstos mais 12. Nesta mesma linha, e executando serviços de média complexidade, Salvador dispõe de 06 Centros de Referência Especializado de Assistência, sendo um inaugurado em 2016 e, para 2017, previsto mais 01.

Focado ainda no restabelecimento das condições mínimas de cidadania e no resgate da autoestima da população carente e mais desassistida, incluímos, no rol de máxima prioridade, a questão da melhoria das condições de habitabilidade da população de baixa renda. Esta prioridade está traduzida na Proposta Orçamentária/2017 com um montante de recursos destinados à função Habitação da ordem de R$ 75 milhões de reais para aplicação em projetos de moradia, destacando-se: o Morar Melhor, que tem como meta reformar 20 mil residências/ano, para oferecer, em 5 anos, moradias dignas a 100 mil famílias; o Minha Casa Minha Vida e a Regularização Fundiária (Casa Legal).

Entendendo que a melhoria das condições de habitabilidade da população carente é também uma atuação focada na linha assistencial, o governo municipal alocou na Proposta Orçamentária 2017 recursos da ordem de R$ 221,2 milhões de reais.

No que diz respeito ao Esporte, já foram construídos e requalificados mais de 200 campos e quadras nos mais diversos bairros de Salvador. Para 2017, busca-se intensificar a ampliação dessas iniciativas, contando, inclusive, com a parceria do Governo Federal, mediante convênios e emendas parlamentares. A Proposta Orçamentária prevê a requalificação de 40 quadras e campos esportivos e a construção de 40 equipamentos de esporte e lazer nas comunidades.

Em relação às áreas da Cultura e Turismo, estão destinados recursos da ordem de R$ 163 milhões de reais para a gestão operacional e o desenvolvimento de importantes atividades culturais e turísticas, a exemplo de Festas Populares, Carnaval, Réveillon, Festival da Primavera, Projeto Boca de Brasa, Recuperação e Requalificação de Equipamentos Turísticos e Culturais. Destaque-se o Programa de Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR-SALVADOR, no total de R$ 192,2 milhões de reais, financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, que prevê, para 2017, R$ 100,8 milhões de reais, incluindo a contrapartida.

Prevalecendo-se dos recursos do PRODETUR, o Orçamento 2017 propõe investir, dentre outras ações, na criação do Museu Casa da História de Salvado e Arquivo Público Municipal; Requalificação da Orla trecho - Stela Maris - Praia do Flamengo/Ipitanga; elaboração do Plano de Marketing de Salvador; Nova Avenida Sete de Setembro no trecho Campo Grande/Praça Castro Alves; Revitalização Ambiental de

Áreas Protegidas; Fomento ao Empreendedorismo e Sustentabilidade do Turismo; Turismo Étnico Afro Brasileiro.

De igual modo, o governo tem dispensado atenção aos aspectos socioculturais, particularmente às questões focadas no resgate da cidadania, gerenciadas pelos Programas do Plano Plurianual, destacados em quadros que integram a Proposta Orçamentária: Salvador Cidadã; Salvador Cidade Justa e Igualitária; Promoção da Equidade de Gênero, Proteção e Atenção à Mulher, reunindo recursos da ordem de R$ 89,8 milhões de reais.

No que diz respeito à melhoria e requalificação dos espaços urbanos, a Prefeitura não tem poupado esforços na alocação de seus recursos próprios em centenas de obras de pavimentação de ruas e avenidas, modernização da iluminação pública, construção e recuperação de praças, escadarias, passarelas, mercados populares, paisagismo, dentre outros serviços e equipamentos urbanos.

Cabe destacar os investimentos que vêm sendo realizados na requalificação da orla marítima, com intervenções já realizadas nos trechos: Itapuã, Piatã, Jardim de Alah, Ribeira e Barra II Trecho I, e a orla do Rio Vermelho. Para 2017 estão previstos Barra II, trecho II e Itacaranha – Plataforma.

A manutenção da Cidade do Salvador, sintonizada com as expectativas dos soteropolitanos, não tem sido uma tarefa fácil e econômica. O recapeamento de vias, requalificação e manutenção de logradouros públicos, espaços urbanos e praças, drenagem e limpezas de canais, manutenção de passarelas, ações de micro e macrodrenagem, limpeza urbana e iluminação pública, consistem nas ações mais representativas no conceito de manter Salvador em condições agradáveis e satisfatórias de habitabilidade. Para tanto, foram assegurados na Proposta Orçamentária de 2017, R$ 183,4 milhões de reais.

Adiciona-se a essas iniciativas o esforço e comprometimento do governo municipal com a segurança dos que habitam em áreas de maior vulnerabilidade e riscos de deslizamento de terras. Assim, é que pautado em um novo conceito de gestão da Defesa Civil, o governo municipal vem investindo numa atuação preventiva, de forma permanente, dinâmica e parceira com a sociedade, envolvendo principalmente as comunidades que habitam nas áreas de maior vulnerabilidade a riscos de deslizamento de terras e alagamentos.

No particular, destacam-se para 2017, as intervenções de contenção de encostas, previstas em 11 áreas: Barbalho, Calçada, Estrada da Rainha, Liberdade, Cabula, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro, São Marcos e Vale dos Lagos; o cadastramento para priorização no Projeto Minha Casa Minha Vida às famílias que habitam em áreas de risco; ampliação da rede do Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil; e o árduo trabalho de fiscalização permanente das áreas de risco, com conscientização e mobilização das comunidades para fortalecimento da parceria, com vistas a evitar a ocorrência de desastres e a minimização dos seus efeitos. Para 2017, foram alocados R$ 39 milhões de reais.

Outro aspecto bastante representativo no Programa de Governo é, sem dúvida, a mobilidade urbana. Com o compromisso selado no último dia 16 de setembro, quando da assinatura dos contratos Governo Municipal e Caixa Econômica Federal, no montante de R$ 408 milhões de reais, para início do Projeto Corredor Lapa – Iguatemi-Pituba – com a tecnologia BRT, execução Trecho I, Parque da Cidade – Iguatemi, Salvador contará, até 2019, com um modal de transporte coletivo eficiente, confortável e seguro, que permitirá a integração com transportes coletivos convencionais e metrô,

MENSAGEM Nº /2016

além de melhorar a acessibilidade dos pedestres e a circulação viária nas Avenidas ACM, Juracy Magalhães Jr, Vasco da Gama e vias adjacentes.

O BRT é um Projeto estimado em R$ 820 milhões de reais, a ser implantado com recursos do FGTS e do CPAC, financiados pela Caixa Econômica Federal, e recursos do Orçamento Geral da União, a serem repassados pelo Ministério das Cidades. Para 2017, esse Projeto prevê a aplicação de ordem de R$ 223,8 milhões de reais, incluindo a contrapartida da Prefeitura. Ressalte-se, ainda, que para balizar as intervenções estruturais nessa Área, está prevista, para 2017, a elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana.

Um Programa de Trabalho dessa envergadura só foi possível porque o fortalecimento da retaguarda financeira institucional integrou a pauta das prioridades estratégicas de governo, permitindo que, ao final da gestão, fosse possível contabilizar, com o reconhecimento nacional e especialmente dos soteropolitanos, o grande avanço econômico, social e político que se conseguiu imprimir à capital baiana, nestes quase quatro anos.

Para tanto, a Prefeitura contou com recursos do BNDES, financiando um Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos de Salvador – PMAT, focado na busca da excelência da gestão, com a modernização das áreas administrativas, financeiras e tributária. Esse Programa, ainda em execução, prevê, para 2017, recursos da ordem de R$ 37,8 milhões de reais, incluindo a contrapartida de R$ 10,8 milhões de reais.

Por fim, Senhor Presidente, é nutrindo o sentimento do dever cumprido, que encaminho à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal, a Proposta Orçamentária do Exercício 2017, acreditando que os subsídios técnicos e programáticos disponibilizados possam subsidiar a apreciação e análise desta importante Peça Orçamentária.

Permito–me aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, agradecer a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, o apoio com que sempre contei no encaminhamento e na aprovação de importantes matérias que submetemos ao seu exame. Saibam que a contribuição dessa colenda Câmara foi fundamental para a consolidação do projeto de modernização e desenvolvimento que propomos para a nossa querida Cidade do Salvador.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito